



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 5024/2024

Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 2024.

Processo nº: **0843721-21.2024.8.19.0002**

Autor :
neste ato representado por .

Trata-se de Autor, avaliado no Hospital de Olhos Dr. Ricardo Guimarães em Belo Horizonte, apresentando queixas de acentuada fotossensibilidade associado a dores de cabeça, náuseas, cansaço aos esforços visuais, dispersão, agitação, irritabilidade e sensibilidade auditiva. Foi submetido a avaliações que levaram ao diagnóstico de déficit severo na via neurológica de processamento visual temporal magnocelular (**Síndrome de Irlen**). Foi informado também que o Autor encontra-se em uso de medicação para **dislexia** e **transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH)**, assim como foi acostado exame fonoaudiológico com indicação de **processamento auditivo alterado**. (Num. 156003902, 156003907, 156003909 e 156003910). Foram pleiteadas **lentes oftalmológicas com filtros espectrais, custeio do tratamento na rede privada (no Hospital de Olhos Dr. Ricardo Guimarães em Belo Horizonte) e do deslocamento, estadia e alimentação** durante o tratamento.

A síndrome da sensibilidade escotópica, posteriormente denominada síndrome de Meares-Irlen ou simplesmente **síndrome de Irlen (SI)**, foi descrita como indivíduos com sintomas de baixa capacidade de leitura devido à combinação de cores e distorções nas imagens. Indivíduos com essa síndrome podem apresentar leitura lenta e ineficaz, com baixo nível de compreensão e fadiga visual. A fisiopatologia da doença ainda é incerta como uma entidade independente ou como parte do espectro da dislexia. No entanto, tratamentos com lentes e filtros coloridos foram propostos com o objetivo de aliviar o efeito do contraste luminoso e melhorar o desempenho de leitura dos pacientes¹.

Cumprе esclarecer que o Conselho Federal de Medicina emitiu o PARECER CFM nº 21/14² em resposta a questionamento acerca da falta de evidências científicas que justifiquem a prescrição das lentes e óculos nestes casos, concluindo que *“até o momento a existência da Síndrome de Irlen é controversa, sua investigação deve ser feita por uma equipe multidisciplinar e qualquer tratamento para dificuldade de aprendizagem deve ser cientificamente estabelecido para ter validade. No caso presente faltam evidências científicas que justifiquem a prescrição das referidas lentes e óculos”*.

Da mesma forma, a Sociedade Brasileira de Oftalmologia Pediátrica (SBOP), emitiu nota de esclarecimento a respeito da Síndrome de Irlen, concluindo que *“a Sociedade Brasileira de Oftalmologia Pediátrica (SBOP) está de acordo com o posicionamento do Conselho Federal de Medicina, da Academia Americana de Pediatria, Academia Americana de Oftalmologia, e da Academia Americana de Oftalmologia Pediátrica e Estrabismo, e declara que, devido à falta de evidência científica na literatura médica mundial relacionada ao benefício do uso*

¹ MIYASAKA, Jordan Da Silva et al. Irlen syndrome: systematic review and level of evidence analysis. Arquivos de neuro-psiquiatria, v. 77, p. 194-207, 2019. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/anp/a/hBbLhfnC9tvVypQzknnS7hg/>>. Acesso em: 02 dez. 2024.

² Conselho Federal de Medicina. Parecer CFM n. 21/14. Disponível em: < https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/pareceres/BR/2014/21_2014.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2024.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

de lentes e filtros para o tratamento da dificuldade de leitura, não recomenda o uso dos mesmos para esse fim”³.

Desta forma, conclui-se que não existem evidências científicas que embasem o uso de **lentes oftalmológicas com filtros espectrais** no tratamento do quadro clínico apresentado pelo Autor.

Quanto à disponibilização no âmbito do SUS, informa-se que o insumo **lentes oftalmológicas com filtros espectrais não é padronizado** pelo SUS, no âmbito do município de Niterói e do Estado do Rio de Janeiro, conforme consulta realizada à Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS (SIGTAP).

Informa-se que informações sobre custeio não constam no escopo de atuação deste Núcleo.

Encaminha-se à **5º Juizado Especial de Fazenda Pública** da Comarca de Niterói do Estado do Rio de Janeiro, para ciência.

ALINE MARIA DA SILVA ROSA

Médica

CRM-RJ 52-77154-6

ID: 5074128-4

RAMIRO MARCELINO RODRIGUES DA SILVA

Assistente de Coordenação

ID. 512.3948-5

MAT. 3151705-5

FLÁVIO AFONSO BADARÓ

Assessor-chefe

CRF-RJ 10.277

ID. 436.475-02

³ Sociedade Brasileira de Oftalmologia Pediátrica (SBOP). PARECER DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE OFTALMOLOGIA PEDIÁTRICA (SBOP) SOBRE SÍNDROME DE IRLEN E A FALTA DE EVIDÊNCIA CIENTÍFICA QUE RECOMENDE O USO DE LENTES OU FILTROS COLORIDOS PARA ESSA SITUAÇÃO. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/PARECER_SBP_COMITE_DEFICIT_DE_LEITURA_2017.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2024.